

AS CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE PARA OS ADMINISTRADORES DE EMPRESAS DO TERCEIRO SETOR

Valéria de Almeida LOPES¹, Scarlet Oliveira ALENCAR², Severina Alves de ALMEIDA Sissi³

¹ Bacharel em Administração pela Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT.
e-mail: valeria.lopesparana@gmail.com.

² Bacharel em Administração pela Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT.
e-mail: scarlet_zomp@hotmail.com

³ Doutora em Linguística. Mestre em Ensino de Língua e Literatura. Pedagoga. Professora da Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT – Orientadora da pesquisa.
e-mail: sissi@faculdefacit.edu.br.

Resumo

A Contabilidade, ciência social que se ocupa de gerenciar o patrimônio empresarial, quer público ou privado, serve como aporte para que administradores de empresas do terceiro setor possam desenvolver estratégias gerenciais que permitam não somente o controle, mas a eficácia, o planejamento e a organização das ações nas mais diversificadas áreas de atuação. Nesse sentido, desenvolvemos esse artigo, que tem como objetivo identificar as contribuições da contabilidade para uma administração eficaz em empresas do terceiro setor. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir dos procedimentos da pesquisa qualitativa. As categorias de análise: Contabilidade; Patrimônio Empresarial; Administração; Empresas do Terceiro Setor, foram estudadas à luz de um corpo teórico dos mais representativos em suas respectivas, favorecendo credibilidade às nossas argumentações. Os resultados permitem aferir que a contabilidade é de suma importância para que os administradores das empresas do terceiro setor possam realizar um trabalho de expressivo teor qualitativo, notadamente em relação ao gerenciamento do fluxo de valores monetários.

Palavras chave: Contabilidade. Administração. Patrimônio Empresarial; Empresas do Terceiro Setor.

Abstract

Accounting, a social science that deals with the management of corporate assets, whether public or private, serves as a contribution for managers of third sector companies to develop management strategies that allow not only control, but also the effectiveness, planning and organization of Actions in the most diversified areas. In this sense, we develop this paper, which aims to identify the contributions of accounting for effective management in companies in the third sector. For this, we carried out a bibliographical and documentary research, from the qualitative research procedures. The categories of analysis: Accounting; Corporate Patrimony; Management; Companies of the Third Sector were studied in the light of a theoretical body of the most representative in their respective, favoring credibility to our arguments. The results allow us to verify that accounting is of the utmost importance so that the managers of the companies of the third sector can carry out a work of expressive qualitative content, especially in relation to the management of the flow of monetary values.

Keywords: Accounting. Management. Corporate Patrimony; Companies of the Third Sector

INTRODUÇÃO

A Contabilidade atua em todos os setores administrativos públicos e privados, inclusive no terceiro setor. Este, por conseguinte, é um extrato da sociedade contemporânea, que evoluiu da necessidade de se buscar formas menos burocráticas de atuação em setores sociais, que necessitam de certa urgência em seus resultados. As empresas do terceiro setor são agências que contribuem para a eficiência nos serviços prestados, notadamente nos segmentos sociais de maior vulnerabilidade.

Nesse sentido, desenvolvemos esse artigo que se justifica, dentre outras inferências, pela necessidade de conceder às empresas do terceiro setor uma melhor e maior visibilidade, sendo a contabilidade uma desses aportes. Afinal, o controle e a eficácia de qualquer instituição, com fins lucrativos ou não, depende em grande parte de como se realiza o planejamento, o controle e o acompanhamento dos resultados que se busca, essencialmente, quando se trata de administrar recursos advindos dos setores públicos.

Dentro desse quadro mais amplo, o nosso objetivo geral é identificar as contribuições da contabilidade para as empresas do terceiro setor, e que favoreçam intervir positivamente para que a empresa cumpra seu papel, que é o de fazer bom uso dos erários que lhes foram destinados. Os objetivos específicos são: 1) entender os diferentes tipos de contabilidade, identificando esta como aporte para que os administradores de empresas do terceiro setor realizem uma gestão de qualidade; 2) conceituar, descrever e situar as empresas do terceiro setor no âmbito da gestão pública; 3) delinear as contribuições da contabilidade para as

empresas do terceiro setor.

Para a realização do trabalho utilizamos como critério metodológico, a abordagem descritiva exploratória, que se enquadra como pesquisa qualitativa. As pesquisas documental e bibliográfica completaram o percurso. Segundo Antônio Joaquim Severino (2001), Maria Cecília de Souza Minayo (2001), Severina Alves de Almeida et al (2017), Rosineide Magalhães de Sousa et al (2017), Kesiane Pozzebon Feitoza Miranda e Maria Eliane Pereira da Silva (2017) e Eva Maria Marconi Lakatos (2006), as pesquisas bibliográfica e documental são pesquisas qualitativas por excelência, e podem ser de extrema relevância em trabalhos que tratam de estudar aspectos sociais na busca por soluções para determinado problema.

Ao final, percebemos que a contabilidade, notadamente a contabilidade gerencial, é de extrema importância para que as empresas do terceiro setor possam cumprir seus objetivos. Isso porque essas são entidades que atuam em setores de maior vulnerabilidade social, e recebem recursos públicos para intervenção nos problemas imediatamente detectados, o que requer uma administração competente, maximizando os resultados e minimizando custos. Ademais, os administradores que atuam na contabilidade gerencial, particularmente em empresas sem fins lucrativos, reconhecem que os procedimentos adotados por este segmento contábil podem auxiliá-los no processo administrativo, no controle dos custos e na consecução de novos objetivos.

1. CONTABILIDADE E GESTÃO PÚBLICA: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E ÁREAS DE ATUAÇÃO

Nessa seção, o objetivo é discorrer acerca da contabilidade, notadamente a contabilidade gerencial, entendendo seus diferentes tipos de e identificando esta subárea das ciências humanas e sociais como aporte para que os administradores de empresas do terceiro setor realizem uma gestão de qualidade, considerando as relações intersubjetivas que se entrelaçam na dinâmica das organizações do terceiro setor.

Segundo Agda Raquel de Souza Santos, Vanessa Romão Moraes e Rivaldo José do Nascimento Junior (2013), o papel social da contabilidade é, a priori, planejar e colocar em prática um planejamento que possibilite a prestação de informações de uma organização. O intuito é “[...] subsidiar os gestores em suas tomadas de decisões, e em casos de filantropia corroborar com a transparência, a sustentabilidade e, por conseguinte a sobrevivência da mesma, tendo em vista que estas devem prestar contas aos seus investidores sociais”.

Não obstante,

[...] Nas organizações do terceiro setor, a contabilidade deve ser considerada como um eixo vital do sistema de informação da entidade, pois devem prestar contas dos resultados obtidos decorrente da utilização de recursos advindos de terceiros. Essas entidades, que tem por finalidade precípua assistir os segmentos mais necessitados da população, estão cada vez mais presentes na sociedade, procurando sempre ajudar o estado a desempenhar o seu papel de promover o bem-estar social (SANTOS, MORAES E JUNIOR, 2013, p. 216).

A fala dos autores é esclarecedora, no sentido de apresentar com argumentações precisas as premissas da contabilidade, na condição de subsídio para uma administração que tenha nela mesma as condicionantes para que as empresas do terceiro setor assumam e cumpram o papel que lhes

é devido no contexto social em que se inserem.

Nesse sentido, e ainda de acordo com Santos, Moraes e Junior, (2013), é preciso considerar que a problemática presente nessas instituições consiste no desconhecimento, por parte dos gestores, da real importância que a contabilidade representa no processo de tomada de decisão, partindo do pressuposto equivocado de que essas entidades não visam ao lucro, e sendo assim, não é preciso utilizar-se das práticas contábeis.

Nessa perspectiva,

[...] e diante cada vez mais do ambiente mais competitivo, torna-se indispensável mostrar a importância que a contabilidade assume dentro das entidades de interesse social, pois com o aumento da competição mercadológica e da complexidade crescente do ambiente gerencial moderno, exige-se cada vez mais que estas instituições estejam supridas de informações, as quais devem ter como características essenciais: qualidade, confiança, tempestividade, e relevância, as quais sejam suficientes para auxiliar os gestores em suas decisões (SANTOS, MORAES E JUNIOR, 2013, p. 216).

Auxiliar os gestores em suas tomadas de decisões é uma forma de justificar a aderência das práticas contábeis à prática administrativa dentro das organizações do terceiro setor, tendo em vista um mercado globalizado cada vez mais competitivo, e as tecnologias de informação e comunicação atuando decisivamente no desempenho profissional de administradores e pessoal de apoio em Organizações Não Governamentais (ONGS).

1.1. Contabilidade e Gestão Pública

Conceituar contabilidade e gestão pública é tarefa que se materializa a partir das contribuições de

teóricos que se dedicam aos estudos nessa área, tecendo conexões com as empresas do terceiro setor e seus administradores. Isso porque a contabilidade quando exercida nesse segmento público, precisa de ser revestida de credibilidade, o que favorecer por serem as ciências contábeis uma ciência exata, quando números devidamente confiáveis oferecem resultados também confiáveis.

Tratando de conceituar contabilidade, Sérgio de Iudícibus e José Carlos Marion (2002, p. 217) entendem que esta é um instrumento valioso no auxílio da administração em relação à tomada de decisões, pois ela gera os dados econômicos, “[...] mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões”.

Para Santos, Moraes e Junior (2013, p. 217), “[...] a existência da contabilidade decorre da necessidade de se conhecer e controlar os componentes e as variações do patrimônio, da riqueza, imprescindível à satisfação das necessidades humanas e da vida em sociedade”. Sendo assim, um dos objetivos da contabilidade, segundo esses autores, é prover informações acerca das variações que acontecem com o patrimônio das organizações, pois além de fornecer informações, a contabilidade permite esclarecer as variações patrimoniais ocorridas, favorecendo a construção de modelos de prosperidade, a realização das análises, prevenindo e projetando exercícios futuros.

1.1.1. Contabilidade Gerencial

A contabilidade, ciência social por excelência, tem vários tipos e ramos de atuação, dentre eles destacam-se: Contabilidade Financeira, Contabilidade Fiscal, Contabilidade Governamental, Contabilidade Rural, Contabilidade Internacional, Contabilidade Bancária, Contabilidade Imobiliária, Auditoria, Perícia, Contabilidade Social, Contabilidade Gerencial. Ademais, o mercado contábil é amplo e complexo, apresentando várias alternativas profissionais, contudo não importa o tipo de contabilidade, uma vez que o fundamental é que a informação contábil sempre seja confiável, ágil, elucidativa e principalmente seja fonte para tomada de decisões⁴.

Para efeito de nossos objetivos nesse trabalho, demos ênfase à contabilidade gerencial, por ser esse um ramo que diz respeito diretamente às questões relacionadas com o trabalho do administrador em empresas do terceiro setor. Segundo Silvio Aparecido Crepaldi (2008), a contabilidade do tipo gerencial é um ramo da contabilidade cujo objetivo imediato é fornecer instrumentos adequados aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções de gestão.

Nesse sentido, a contabilidade gerencial, o ramo da contabilidade que tem por finalidade, oferecer aos seus usuários instrumentos que os auxiliem no processo de tomada de decisão, busca, ademais, pôr em prática um sistema de informação para a organização, seja ela com fins lucrativos ou não. É, pois, mediante todas as operações são registradas, e posteriormente transformadas em relatórios, que a contabilidade permite demonstrar os resultados e fornecer informações que auxiliem os gestores no processo decisório (SANTOS,

⁴ Fonte: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/.../tipos-de-contabilidade/14428>. Acesso em: 02-ago-2017.

MORAES E JUNIOR, 2013).

Leila Lucia Arruda et. all (2013), recorrem a Frezatti (2007) assegurando que:

A contabilidade gerencial exerce seu papel fundamental ao prover os usuários primários, ou seja, os gestores das organizações, de informações que são geradas para atividades de controle, planejamento e tomada de decisão. Dessa forma, as informações, sejam de utilização de recursos, produtos ou serviços, devem ser derivadas de demandas administrativas, e preparadas posteriormente no formato de relatórios, a partir de técnicas ou ferramentas de contabilidade gerencial. Nesse contexto, a contabilidade gerencial “se apresenta como recurso válido e importante no sentido de apoio ao processo decisório e do controle por meio do fornecimento de informações úteis aos gestores” (FREZATTI et all, 2007, p. 34) *apud* (ARRUDA et. all, 2013, p. 3). (Aspas do texto original).

No que diz respeito às ferramentas gerenciais de contabilidade, ou autores recorrem a Kader e Luther (2007), que descrevem, pautados em pesquisas empíricas, que a essencialidade em associar fatores de contingência e uma prática da contabilidade. Sendo assim é possível perceber outras variáveis gerenciais, elencando, dentre outras, a prática da missão, da visão, do plano de marketing, das análises de rendimento, e do retorno sobre o patrimônio líquido.

Tratando especificamente de pesquisas em instituições do Terceiro Setor na Espanha, Soldevila e Oliveras (2002) citados por Arruda et all, (2013), partem da premissa de que o número de artefatos de contabilidade gerencial varia de acordo com o tamanho da organização, destacando o imperativo de reflexão sobre capacitação profissional da gestão e os instrumentos de contabilidade geren-

cial, o que permitiu aos autores perceberem que os resultados indicam o favorecimento dos efeitos positivos na formalização e sofisticação dos instrumentos de contabilidade.

1.2. Gestão Pública

A grande maioria das empresas do terceiro setor estão enquadradas como instituições de ordem pública, ou seja, sustenta-se mediante proventos governamentais, o que requer entendermos o que é “Gestão Pública” e seus desdobramentos no âmbito das empresas ditas “ONGs”, nomeadas por Emerson Caetano (2016, s/p)⁵, como “Empresas Paraestatais”. Para esse autor, o termo paraestatal refere-se ao conjunto de instituições privadas sem fins lucrativos que, muito embora não integrem a administração pública direta ou indireta, são conhecidas como entes de cooperação com o Estado, uma vez que se colocam ao lado do Poder Público, visando ao desempenho de atividades de interesse coletivo.

Não obstante,

[...] Essas entidades de direito privado realizam, sem fins lucrativos, projetos de interesse do Estado em benefício da coletividade. Suas atividades consistem na prestação de serviços não-exclusivos da Administração Pública e, para tanto, recebem recursos e ajuda estatal, desde que preencham determinados requisitos estabelecidos em legislação específica. [...] Por receber recursos públicos, as paraestatais sujeitam-se ao controle pela Administração Pública e pelos Tribunais de Contas. Ademais, a aproximação do Estado faz com que o regime jurídico predominantemente privado desses entes de cooperação seja parcialmente derogado por regras de direito público. É o que se denomina publicização do terceiro setor (CAETANO, 2016, s/p).

⁵ Emerson Caetano: O terceiro setor e a Administração Pública – Um estudo sobre os entes de cooperação ou entidades paraestatais, (2016): disponível: <http://blog.projetoexamedeordem.com.br/o-terceiro-setor-e-administracao-publica>. Acesso em: 02-ago-2017.

Esse mesmo autor argumenta ainda que, com as características jurídicas elencadas acima, as empresas paraestatais compõem um dos setores da economia nacional, e destaca as entidades em “Primeiro Setor, Segundo Setor e Terceiro Setor e Quarto Setor”.

Nesse sentido,

[...] segundo a doutrina predominante, o **primeiro setor** compreende o Estado com sua missão de realizar a atividade administrativa para satisfazer as necessidades da coletividade. O **segundo setor** compreende o mercado no qual vale a livre iniciativa e tem como paradigma o lucro. O **terceiro setor** compreende entidades privadas sem fins lucrativos que exercem atividades de interesse social e coletivo, razão pela qual recebem incentivos do Estado a título de fomento. Há ainda, para alguns doutrinadores, o **quarto setor** que compreende a economia informal (CAETANO, 2016, s/p). (Destaque em negrito nosso).

Em que pese tais argumentações, podemos aferir que as instituições enquadradas como do terceiro setor, também denominadas por Caetano (2016) como entidades paraestatais, ou de cooperação tem como característica os serviços sociais autônomos, as organizações sociais, as fundações ou entidades de apoio e as organizações da sociedade civil de interesse público.

Conforme Ana Flávia Fonseca (2016), toda organização, quer seja ela pública, quer seja privada, precisa de um profissional que planeje, coordene e avalie os programas e iniciativas em vigor dentro da sua empresa. Em se tratando dos órgãos públicos, esse papel de análise e supervisão dos programas e orçamentos é realizado pelo Gestor Público. Nessa perspectiva, a “[...] Gestão Pública consiste na aplicação de teorias da ciência da administração no gerenciamento das instituições do

governo, utilizando conhecimentos sobre regulamentações legais específicas e técnicas modernas de gestão” (FONSECA, 2016, s/p).

Ademais, os órgãos públicos são organizações do Estado que têm a função de fornecer à população subsídios para a sua sobrevivência: alimentação, educação, transporte, segurança, saúde e saneamento básico. Nesse contexto, a Gestão Pública aparece como um importante instrumento de acompanhamento e supervisão dos serviços prestados por esses órgãos, conclui a autora.

Ricardo Carneiro e Telma Maria Gonçalves Menicucci (2013) contribuem com a discussão, argumentando que desde a década de 1990 e bem mais veemente as duas primeiras décadas do século XXI, o termo gestão pública vem sendo usado em substituição à administração pública, de forma intensa, mas apesar disso, ou por causa disso, tornou-se um termo polissêmico. “[...] Para alguns se confunde com administração pública, para outros marca o rompimento com a administração pública tradicional e adoção de ferramentas da gestão do mundo dos negócios ou tem significado mais amplo (CARNEIRO E MENICUCCI, 2013, p. 135).

Esses autores recorrem a Druker (1993), argumentando que nos anos 1950 este diagnosticou uma “revolução”, considerando que gestão não tem a ver somente com hierarquia organizativa de uma administração clássica, mas, em maior grau, à capacidade de promover a inovação sistemática do saber e tirar dela o máximo rendimento na sua aplicação à produção. Segundo Metcalfe e Richards (1987) *apud* Carneiro e Menicucci (2013, p. 135), gerir significa a priori, assumir a responsabilidade sobre a ação de um determinado sistema, o que remete à noção de um espaço como local

onde se articulam relações e negociações. “O foco dessa definição está em processos que são únicos ao setor público e se referem à gestão de um conjunto de organizações, e não a apenas uma, e à necessidade de se ajustar ao sistema completo da governança pública”.

2. EMPRESAS DO TERCEIRO SETOR: O QUE É E COMO GERENCIÁ-LAS

Nessa seção temos o objetivo de conceituar, descrever e situar as empresas do terceiro setor no âmbito da gestão pública. Segundo Leila Lúcia Arruda et al (2013), a nossa sociedade está fragmentada em setores. O Primeiro Setor é representado pelo Estado, o Segundo Setor, o mercado e, por fim, o Terceiro Setor, formado pelas entidades sem fins lucrativos – que não são estatais e nem empresariais. Tem ainda ainda um quarto, mas é somente reconhecido por alguns estudiosos, por isso não o destacaremos aqui.

Ainda de acordo com Arruda et al (2013, p. 5), o terceiro setor é considerado por Mariângela Franco Camargo et al (2002), como um setor meio-termo, por realizar a interface entre as relações do Estado e o Mercado, notadamente no que diz respeito às questões de melhoria social, exercem um papel de conciliação, muito embora esse setor esteja interconectado com os demais setores. Ademais, Arruda et al (2013, p. 5) cita Santos (1998), lembrando que o terceiro setor não pertence, nem ao Estado, nem às empresas mercantis ou privadas, e se caracteriza por encontrar-se num vastíssimo elenco de organizações com objetivos sociais, públicos e/ou coletivos, porém com uma denominação residual e vaga.

Não obstante, as empresas do terceiro setor são

institucionalizadas e conservadas pela ênfase na participação voluntária, tendo como fundamento a caridade, a filantropia e o mecenato, trata-se, pois, de organizações sem vínculo governamental e sem fins lucrativos, com um corpo técnico atuando de forma voluntária, em conjunto com a sociedade conforme Arruda et al (2013).

Nesse sentido, percebemos que:

[...] Muitas são as formas de entendimento a respeito do Terceiro Setor, o que não facilita a unificação desse setor. [...] observa Costa Júnior (1997) que, apesar da dificuldade de conceituar o Terceiro Setor, pode-se afirmar quais são as organizações que o compõem. Para ser integrante do Terceiro Setor, conforme [...] é necessário o preenchimento de cinco pré-requisitos: (a) organização – possuir algum grau de estrutura organizacional; (b) Sem fins lucrativos – empresa não gera lucro; (c) Institucionalmente separada do governo – não tem vínculo com o Estado, não possui autoridade governamental; (d) Autogerência – controla suas próprias atividades; (e) Não compulsório – não tem obrigatoriedade de filiação e nem faz parte da condição de cidadania (ARRUDA ET ALL, 2013, p. 6),

Na perspectiva desses autores, os recursos materiais, financeiros, das instituições situadas no âmbito do terceiro setor, sobrevêm da integração com o Estado, empresas privadas bem como doações, que se configuram como capitais monetários, ou ainda na forma de capital humano.

Discorrendo acerca do terceiro setor na Itália, verifica-se que sua particularidade é evidenciada por uma vocação assistencial, mas também comercial, como nos países anglo-saxônicos. Outra propriedade desse setor da sociedade é ser dicotomizado e concentrado, apresentando, ademais, várias formas de classificação, conforme Melandri (2010) *apud* Arruda et al (2013, p. 6). No Brasil esse setor tem a função primordial de atuar na

intervenção de situações em que o social esteja potencialmente fragilizado, mais precisamente nos eventos de causas naturais e onde estejam pessoas em situação de pobreza extrema, tendo mesmo sua sobrevivência ameaçada.

Com efeito, tratando de elucidar conceitualmente empresas do terceiro setor e o papel do administrador em sua tarefa de gestão, Vanauey Ferreira Vieira (2003) encontra em Hudson (1999), conceitos acerca do terceiro setor, advogando que este é formado por uma diversificação muito grande de organizações com vários nomes, de um modo geral, fazem parte deste setor, e elenca os seguintes:

[...] setor de caridade é formado basicamente por todas as organizações que preenchem severas condições para registro de atendimento caritativo; o setor voluntário inclui entidades de caridade e muitas outras organizações com objetivos sociais e políticos que não foram registradas como instituições de caridade; o setor ONG (Organização Não Governamental), é formada por organizações voluntárias ou de caridade; o setor sem fins lucrativos, um termo oriundo dos EUA e que inclui universidades e hospitais sem fins lucrativos, sindicatos, associações profissionais e outras organizações que podem dar lucro, mas não o distribui [...] a característica básica do terceiro setor, vem da expressão “bens e serviços públicos” e “implicam em dupla qualificação: não geram lucro e respondem a necessidades coletivas.” Quaisquer excedentes devem ser reinvestidos nos meios para a produção dos fins estipulados, enquanto os bens e serviços devem ser de consumo coletivo (VIEIRA, 2003, p. 2). (Aspas do texto original).

Ainda discorrendo acerca do conceito de terceiro setor, Vieira (2003) cita Amcham (2003), argumentando que o termo em discussão aplica-se mais para delimitar um tipo de atuação diferenciada das instâncias de governo e mercado, mas mesmo que tenha a mesma característica legal, é composto por um conjunto e instituições bastan-

te diferentes quanto à sua filosofia de atuação, dimensões, temática e formas de intervenção.

3. CONTRIBUIÇÕES DA CONTABILIDADE PARA AS EMPRESAS DE EMPRESAS DO TERCEIRO SETOR NO PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO

Nosso objetivo nessa seção é apresentar algumas contribuições que a contabilidade proporciona às empresas do terceiro setor e aos administradores na tomada de decisão, analisando ações desenvolvidas através de um diagnóstico geral na área contábil, percebendo que a contabilidade é levada em consideração no processo decisório e que o valor da informação contábil para o crescimento da instituição é algo inegociável.

Segundo Luciana da Silva Imeton (2008, p. 24), para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1995), a informação contábil se expressa por diferentes meios, por exemplo, “[...] demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, listagens, notas explicativas, mapas, pareceres, laudos, diagnósticos, prognósticos, descrições críticas ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos em legislação.

A autora recorre a Ludícibus (1997) e Basso (1996), afirmando que a Contabilidade é o método de identificar, mensurar e comunicar informação econômica, financeira, física e social, a fim de permitir decisões e julgamentos adequados por parte dos usuários da informação, controlando e observando o patrimônio das entidades. Tudo isso se concretiza, segundo Basso citado por Imeton (2008), nos âmbitos quantitativo (monetário) e qualitativo (físico) e que, como conjunto de nor-

mas, preceitos e regras gerais, se constitui na técnica de coletar, catalogar e registrar os fatos que nele ocorrem, bem como de acumular, resumir e revelar informações de suas variações e situação, especialmente de natureza econômico-financeira.

A Contabilidade têm importantes contribuições a oferecer aos administradores de empresas do terceiro setor, notadamente em relação às informações geradas, considerando que estas se revestem de confiabilidade, promovendo segurança no que diz respeito aos aspectos de tomada de decisão.

Segundo Imeton (2008):

A confiabilidade da informação depende da existência de mais três qualidades: verificabilidade, fidelidade e neutralidade. Hendriksen e Breda (1999) afirmam que a informação é verificável quando há evidência objetiva para sustentá-la. Como elemento da confiabilidade, a verificabilidade é o atributo da informação que permite estabelecer ou comprovar se ela é verdadeira. E, ainda, para que alguém confie em informações, é essencial que elas representem fielmente os fenômenos que pretendem representar (IMETON, 2008, p. 24).

Ainda argumentando acerca da confiabilidade das informações, Imeton (2008) entende que é importante que estas representem a realidade, para que não causem mais problemas do que soluções. Para Maximiano (1995) *apud* Imeton (2008), uma informação errada pode causar um efeito pior do que a própria falta de informação, causando danos significativos tanto de ordem contábil quanto administrativa.

Nesse sentido, Padoveze (2000) citado por Imeton (2008), entende que muito embora a informação contábil tenha como estereótipo sua exatidão e veracidade, muito mais importante do que

isso é o cumprimento do prazo das informações. Isso porque, segundo esse autor, uma informação aproximada dentro do prazo é muito mais importante de que uma informação precisa atrasada.

Não obstante,

[...] A compreensibilidade refere-se ao fato de que a informação contábil deverá ser exposta da maneira mais clara possível ao usuário a que se destina. A informação, quando utilizar recursos contábeis como gráficos, tabelas, figuras ou redação técnica, deverá contemplar o entendimento integral da informação. A comparabilidade, última característica da informação contábil, refere-se ao conjunto de dados e fatos que permitam aos usuários o conhecimento da evolução entre determinados dados, informações e/ou conhecimentos, podendo referir-se ou não à mesma entidade (IMETON, 2008, p. 24).

Nessa perspectiva, a utilidade na área da Contabilidade é uma característica essencial da informação, de modo que, sem tal característica, ela não passa de um simples dado. Sendo assim, a informação contábil deve ser revestida de qualidade, sendo objetiva, clara, sucinta e permite que o usuário possa avaliar a situação econômica e financeira da empresa, bem como fazer inferências sobre a tendência futura, de forma que possa atender aos objetivos buscados. Para Imeton (2008), a informação contábil não é válida somente no que diz respeito às demonstrações contábeis, mas também em relatórios, pareceres, ou outras formas de comunicação escrita, que deve propiciar aos usuários sua plena utilização, contribuindo para uma administração eficaz.

Ainda de acordo com Imeton (2008), a Contabilidade assume um papel primordial na gestão das organizações, com ou sem fins lucrativos, sendo mesmo considerada a principal fonte de informa-

ção de que a gerência dispõe para respaldar as decisões que envolvem, principalmente, matéria financeira ou econômica.

Nesse sentido,

[...] considerando-se o papel informativo da Contabilidade, entende-se que ela pode contribuir para melhorar o quadro atual das organizações do Terceiro Setor, elevando a qualidade da informação contábil, fornecendo informações condizentes com a realidade dessas organizações e incentivando a utilização dessas informações pelos gestores, na busca de uma gestão eficiente e eficaz (IMETON, 2008, p. 27).

Essa mesma autora encontra em Soares, Catão e Libonati (2004, p. 15), as argumentações necessárias para afirmar que vista na perspectiva de um sistema de informação confiável, a contabilidade apresenta-se como uma ferramenta importante para a gestão das empresas do Terceiro Setor, podendo agregar valores de diferentes formas, entre as quais estão:

- a) melhoria no acesso às informações, propiciando relatórios mais precisos e rápidos, com menor esforço;
- b) melhoria na produtividade, tanto setorial quanto global;
- c) melhoria na tomada de decisões, pelo fornecimento de informações mais rápidas e precisas;
- d) estímulo de maior interação entre os tomadores de decisões;
- e) fornecimento de melhores projeções dos efeitos das decisões;
- f) melhoria na estrutura organizacional, por facilitar o fluxo de informações;
- g) redução do grau de centralização de decisões dos que entendem e controlam o sistema;
- h) melhoria na adaptação da entidade para enfrentar os acontecimentos não previstos, a partir das constantes mutações nos fatores ambientais;
- i) otimização na prestação dos produtos e serviços;
- j) melhor interação com fornecedores e financiadores;

- k) melhoria do planejamento fiscal-tributário (IMETON, 2008, pp. 27-28).

Partindo de tais premissas, a autora recorre a Soares; Catão; Libonati (2004) argumentando que vários desafios estão colocados à Contabilidade e ao Terceiro Setor, de modo que promove mesmo uma aliança estratégica, proporcionando às empresas condições mais seguras para tomarem decisões estratégicas, primando pela qualidade dos serviços prestados.

3.1. Vantagem das informações contábeis em Empresas do Terceiro Setor

Os relatórios financeiros de empresas sem fins lucrativos, segundo Imeton (2008), para serem considerados eficazes, devem, de acordo com o pronunciamento n.º 4 do Financial Accounting Standard Board (FASB, 1989/1990):

- [...] a) prover informações que sejam indicativas da capacidade de continuar prestando os serviços a que as entidades se propõem;
- b) fornecer informações sobre o ambiente, a natureza da atividade e outros assuntos que se relacionem;
 - c) informar acerca do trabalho de seus gestores e da sua capacidade de bem gerir os recursos postos à disposição, já que não existe o indicativo de lucratividade;
 - d) evidenciar o fluxo de recursos postos à disposição, visando à continuidade e capacidade de cumprir com as obrigações da entidade;
 - e) informar sobre as realizações da entidade como meio de medir a eficiência de seus gestores, posto que os investidores, não sendo beneficiários dos serviços e produtos por ela colocados, não os conhecem a fundo, exceto por relatórios financeiros;
 - f) incluir nos demonstrativos as técnicas de apuração e alocação dos custos de serviços e como os recursos são distribuídos aos mais diversos programas e serviços postos à disposição;
 - g) informar como as entidades utilizam os recursos, de onde eles provêm e como isso afeta sua liquidez;

h) incluir interpretações e explicações que auxiliem no entendimento dessas informações, principalmente no que se refere à organização e suas realizações, identificando certas transações, eventos e circunstâncias que venham a afetar a entidade (IMETON, 2008, pp. 28-29).

Nesse sentido, a autora acredita que é de fundamental importância não somente o conhecimento, mas também a análise dos elementos citados, os quais se apresentam como fatores determinantes da utilidade dessas informações, notadamente em relação à tomada de decisão, principalmente pelos diversos usuários para os quais essas informações devem ser geradas.

Segundo FASB (1990) *apud* Imeton (2008), os usuários de informações contábeis de empresas sem fins lucrativos, como por exemplo as do terceiro setor, são os que aportam recursos a essas entidades, tais como financeiras, doadores, empregadores e associados que participam da empresa e captam recursos através de taxas, mensalidades e anuidades; entidades governamentais, ainda que, em alguns casos, não aportem recursos financeiros, mas que necessitam de informações fiscais e sociais para as estatísticas oficiais, por exemplo; e administradores, cujas decisões são tomadas com base em informações advindas da contabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo focalizamos a Contabilidade enquanto ciência social voltada para o gerenciamento do patrimônio empresarial, tanto no que diz respeito ao setor público quanto privado. Ademais, percebemos que esta é uma área do conhecimento que serve como âncora para que administradores de empresas que atuam no terceiro setor, possam promover estratégias gerenciais que permitam

controle, eficácia e eficiência, no que diz respeito ao planejamento das ações.

Nessa perspectiva, consideramos que foi possível atingir nossos objetivos, ou seja, identificamos as contribuições da contabilidade para uma administração de qualidade em empresas do terceiro setor. Os procedimentos foram pesquisa bibliográfica e documental, na perspectiva da pesquisa qualitativa. Dentre as categorias de análise, destacamos Contabilidade; Patrimônio Empresarial; Administração; Empresas do Terceiro Setor. Tudo isso realizado à luz de um corpo teórico consistente, favorecendo credibilidade às nossas argumentações.

Os resultados permitem afirmar que a Contabilidade, na sua face de informação confiável, apresenta-se mesmo como primordial para que os gestores das empresas do terceiro setor possam realizar um trabalho com responsabilidade social, notadamente em relação ao gerenciamento do fluxo de valores monetários que advém de diferentes fontes governamentais e privadas.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Severina Alves de; SOUSA, Rosineide Magalhães de; SILVA, Ângela Maria; ALMEIDA, Jeane Alves de; ANDRADE, Alexandra Cristina. Pedagogia da Alternância: Os Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil e a Agricultura Familiar Frente à Globalização no Campo. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. ISSN 2526-4281. v. 1, n. 3 (2017). Disponível: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Acesso em: 29-ago-2017.
2. ARRUDA, Leila Lucia; VOESE, Simone Bernardes; SANTOS, Márcia Maria dos; ESPEJO, Bortolucci. Universidade Federal do Paraná (UFPR) Francisco Giovanni David Vieira. Ferramentas De Contabilidade Gerencial No Terceiro Setor: Um Estudo Comparativo Entre As Wwf Brasil e Itália Universidade Estadual de Maringá (UEM). **RIGC** - Vol. XI, nº 22, Julio-Diciembre, 2013. Disponível: www.observatorio-iberoamericano.org/RICG/Nº_22. Acesso em: 29-ago-2017.
3. CAETANO, Emerson. **O terceiro setor e a Administração Pública** – Um estudo sobre os entes de cooperação ou entidades paraestatais, (2016): disponível: <http://blog.projetoexamedeordem.com.br/o-terceiro-setor-e-administracao-publica>. Acesso em: 02-ago-2017.
4. CARNEIRO, R.; MENICUCCI, TMG. Gestão pública no século XXI: as reformas pendentes. In FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **A saúde no Brasil em 2030** -prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: desenvolvimento, Estado e políticas de saúde [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ipea/Ministério da Saúde/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, 2013. Vol. 1. pp. 135-194. ISBN 978-85-8110-015-9. Available from SciELO Books. Disponível: <http://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-06.pdf>. Aceso em: 29-ago-2017.
5. CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
6. FONSECA, Ana Flávia da. **Você sabe o que é Gestão Pública?** Disponível: <http://blog.unipe.br/graduacao/voce-sabe-o-que-e-gestao-publica>. Acesso em: 29-ago-2017.
7. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
8. IMETON, Luciana da Silva. **A Contribuição da Contabilidade ao Processo de Gestão de uma Organização do Terceiro Setor**: O Caso da Ides. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/74645>. Acesso em: 29-ago-2017.
9. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
10. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
11. MIRANDA, Kesiane Pozzebon Feitoza; SILVA, Maria Eliane Pereira da. Ética, Educação e Docência no Ensino Superior: O Professor em Perspectiva. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. ISSN 2526-4281. v. 1, n. 3 (2017). Disponível: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Acesso em: 29-ago-2017.
12. SANTOS, Agda Raquel de Souza; MORAES, Vanessa Romão; JUNIOR, Rivaldo José do Nascimento. Contabilidade Gerencial No Terceiro Setor: análise na Fundação José Augusto Vieira. **Revista da Fundação José Augusto Vieira**. Ano VI. Março de 2013. jav.com.br/revista. Disponível: http://fjav.com.br/revista/Downloads/EdicaoEspecialPosControladoria/Artigo215_227.pdf. Acesso em: 29-ago-2017.
13. SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
14. SOUSA, Rosineide Magalhães de; ALMEIDA, Severina Alves de; LYRA, Jairo Roberto Mendonça; SOUSA, Jane Guimarães; DOS SANTOS, Elizeu José. Apinajé Intercultural Bilingual School: For An Education Beyond The Ethnic Frontier. **JNT - Facit Business and Technology Journal**. ISSN 2526-4281. v. 1, n. 1 (2017). Disponível: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT>. Acesso em: 29-ago-2017.
15. VIEIRA Vanauey Ferreira. **Administrador em Organizações do Terceiro Setor**. Disponível: [http://www.anaceu.org.br/download/artigos/27-publicacoes-vanauey-ferreira-vieira-administrador\(2\).pdf](http://www.anaceu.org.br/download/artigos/27-publicacoes-vanauey-ferreira-vieira-administrador(2).pdf). Acesso em: 29-ago-2017.